



Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3

**Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)**

Atena
Editora
Ano 2019

Marcos William Kaspchak Machado
(Organizador)

Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

I34 Impactos das tecnologias nas ciências humanas e sociais aplicadas
3 [recurso eletrônico] / Organizador Marcos William Kaspchak
Machado. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. –
(Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais
Aplicadas; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-163-3

DOI 10.22533/at.ed.633191103

1. Ciências sociais aplicadas. 2. Humanidades. 3. Tecnologia.
I.Machado, Marcos William Kaspchak. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

O livro “*Impactos das Tecnologias nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 3*” aborda uma série de capítulos de publicação da Atena Editora, subdivididos em 4 volumes. O volume III apresenta, em seus 33 capítulos os estudos mais recentes sobre aplicação de ferramentas educacionais básicas e aplicadas à inclusão, além de uma série de capítulos que abordam o cenário atual do sistema educacional brasileiro.

As áreas temáticas de educação e suas ferramentas de inclusão mostram o papel de desenvolvimento social, onde incluir ferramentas de inovação no ambiente educacional é, além de um desafio, um objetivo de direcionar à sociedade ao futuro esperado por todos e sem desigualdades.

A educação é historicamente uma ciência de propagação e disseminação de progresso, percebido no curto e longo prazo em uma sociedade. Observamos que a construção da ética, proveniente da educação e inclusão, traz resultados imediatos no ambiente em que estamos inseridos, percebidos na evolução de indicadores sociais, tecnológicos e econômicos.

Por estes motivos, o organizador e a Atena Editora registram aqui seu agradecimento aos autores dos capítulos, pela dedicação e empenho sem limites que tornaram realidade esta obra que retrata os recentes avanços inerentes ao tema.

Por fim, espero que esta obra venha a corroborar no desenvolvimento de conhecimentos e novos questionamentos a respeito do papel transformador da educação, e auxilie os estudantes e pesquisadores na imersão em novas reflexões acerca dos tópicos relevantes na área social.

Boa leitura!

Marcos William Kaspchak Machado

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
REFLEXÃO SOBRE A AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO	
Manoel de Jesus Bastos	
DOI 10.22533/at.ed.6331911031	
CAPÍTULO 2	11
O PROCESSO AVALIATIVO EM LÍNGUA PORTUGUESA: EFEITOS NA VIDA DE PROFESSORES E ALUNOS	
Alba Cristhiane Santana	
Vitória Palhares França	
DOI 10.22533/at.ed.6331911032	
CAPÍTULO 3	26
O LÚDICO COMO POSSIBILIDADE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Suélen Normando da Silva Vasconcelos	
Sangelita M. Franco Mariano	
DOI 10.22533/at.ed.6331911033	
CAPÍTULO 4	27
APLICABILIDADE DE UMA SEQUÊNCIA DIDÁTICA DE PONTUAÇÃO (ANOS INICIAIS): DA TEORIA À PRÁTICA	
Raimunda Francisca de Sousa	
Anderson Cristiano da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.6331911034	
CAPÍTULO 5	43
REFORÇO ESCOLAR: UMA MANEIRA LÚDICA DE APRENDER	
Ivonilda Rosa Pereira Nascimento	
Marineusa Carvalho Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.6331911035	
CAPÍTULO 6	51
A PRODUÇÃO DE JOGOS DIDÁTICOS PARA O ENSINO DE BIOLOGIA: UMA EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA	
Natalia Carvalhaes de Oliveira	
Sandra Zago Falone	
Natalie Tolentino Serafim	
Matheus Ribeiro Teixeira	
DOI 10.22533/at.ed.6331911036	
CAPÍTULO 7	58
JUVENTUDE E ESCOLA NO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE DE GOIÁS	
Divina Aparecida Correia da Silva Marcelino	
Maria Zenaide Alves	
DOI 10.22533/at.ed.6331911037	

CAPÍTULO 8 65

O PROCESSO DE PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO NO PPGSS/UFPB NOS ANOS 2000:
UMA ANÁLISE A PARTIR DAS DISSERTAÇÕES DE MESTRADO VINCULADAS À ÁREA DE
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICO-PRÁTICA DO SERVIÇO SOCIAL

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Lucicleide Cândido dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.6331911038

CAPÍTULO 9 80

PROFESSOR MEDIADOR – UMA ANÁLISE LITERÁRIA DO DOCENTE E SEU PAPEL JUNTO AS
NOVAS GERAÇÕES

Isaura Maria dos Santos

Mario Augusto de Souza

DOI 10.22533/at.ed.6331911039

CAPÍTULO 10 85

PROGRAMA DE REFORÇO DE CONTEÚDOS DO ENSINO MÉDIO COMO ESTRATÉGIA PARA
REDUZIR A REPROVAÇÃO DE CALOUROS E MELHORAR OS INDICADORES DE PERMANÊNCIA
NO ENSINO SUPERIOR

Glaucia da Silva Brito

Dione Maria Menz

Eduarda de Sousa Lemos

Karine Danielle Muzeka

Paula Cristina Stopa

DOI 10.22533/at.ed.63319110310

CAPÍTULO 11 93

UTILIZAÇÃO DE MAPAS CONCEITUAIS COMO ESTRATÉGIA DE INOVAÇÃO METODOLÓGICA:
RELATO DE EXPERIÊNCIA

Karla Rona da Silva

Marina Dayrell de Oliveira Lima

Leila de Fátima Santos

DOI 10.22533/at.ed.63319110311

CAPÍTULO 12 104

REFLEXÕES SOBRE O CONCEITO DE SAÚDE E O USO DE METODOLOGIAS ATIVAS DE
APRENDIZAGEM

Priscila Santos da Silva Navarenho

Renato Campos Pierotti

Maria Angela Boccara de Paula

DOI 10.22533/at.ed.63319110312

CAPÍTULO 13 112

METODOLOGIAS ATIVAS DE ENSINO-APRENDIZAGEM NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL EM
SAÚDE: CONSTRUÇÃO DE LIVRO DIDÁTICO DIGITAL UTILIZANDO A SALA DE AULA INVERTIDA
E A PROBLEMATIZAÇÃO

Rafaela Benatti de Oliveira

Isabel Cristina Chagas Barbin

Henrique Salustiano Silva

Ana Carolina Castro Curado

Marcia Cristina Aparecida Thomaz

DOI 10.22533/at.ed.63319110313

CAPÍTULO 14 123

O QUIZ DO BIS: USO DO KAHOOT COMO FERRAMENTA DE APRENDIZAGEM

Danilo Sande Santos
Denise Sande
Leandro Andrade Sande da Silva
Larissa Sande de Oliveira
Mirian Silva Adorno

DOI 10.22533/at.ed.63319110314

CAPÍTULO 15 129

O *LISTENING* NAS AULAS DE INGLÊS PARA O ENSINO FUNDAMENTAL: POSSIBILIDADES COM O USO DE VÍDEO DO *YOUTUBE*

Daniela Bandeira Navarro

DOI 10.22533/at.ed.63319110315

CAPÍTULO 16 138

USO DE MATERIAIS ALTERNATIVOS PARA DESENVOLVIMENTO DE AULAS EXPERIMENTAIS

Karla Soares Matias
Karla Nara da Costa Abrantes
Clemerson Fernandes da Silva
Kesley dos Santos Ribeiro
Nubia Abadia Silva
Luciano Alves da Silva

DOI 10.22533/at.ed.63319110316

CAPÍTULO 17 145

USO DA EXPERIMENTAÇÃO E CONSTRUÇÃO DE MODELOS DIDÁTICOS NO ENSINO DE QUÍMICA

Paulo César dos Santos
Adrielly Aparecida de Oliveira
Luciana Maria Borges
Tiago Clarimundo Ramos

DOI 10.22533/at.ed.63319110317

CAPÍTULO 18 151

BIOQUÍMICA NO ENSINO MÉDIO: CONTRIBUIÇÕES DE UM JOGO DIDÁTICO SOBRE CARBOIDRATOS E LIPÍDIOS

Adrielly Aparecida de Oliveira
Paulo César dos Santos
Tiago Clarimundo Ramos

DOI 10.22533/at.ed.63319110318

CAPÍTULO 19 155

JOGO DO MAPA METABÓLICO: NOVAS ESTRATÉGIAS PARA O ENSINO DE BIOQUÍMICA

Natália Tomich Paiva Miranda
Andréia Almeida Mendes
Roberta Mendes Von Randow

DOI 10.22533/at.ed.63319110319

CAPÍTULO 20	165
COLETA, ISOLAMENTO E IDENTIFICAÇÃO DE COGUMELOS: Atividade Prática Supervisionada	
Alessandra Cristine Novak Sydney Eduardo Bittencourt Sydney Bárbara Ruivo Válio Barretti	
DOI 10.22533/at.ed.63319110320	
CAPÍTULO 21	177
EXPLORANDO ORGANELAS: TECNOLOGIA E LUDICIDADE A FAVOR DA INCLUSÃO	
Daise Fernanda Santos Souza Maria Angélica Cezário Isabel Thayse Barbosa Regina Maria de Fátima Dias	
DOI 10.22533/at.ed.63319110321	
CAPÍTULO 22	183
BURRO D'ÁGUA DE LIGAÇÕES QUÍMICAS	
Karla Nara da Costa Abrantes Karla Soares Matias Kesley dos Santos Ribeiro Tatiana de Oliveira Zuppa Nubia Abadia Silva Luciano Alves	
DOI 10.22533/at.ed.63319110322	
CAPÍTULO 23	189
JOGO LÚDICO SOBRE ABELHAS NATIVAS COMO MEDIAÇÃO NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM	
Thaís de Oliveira Saib Chequer Thaís de Moraes Ferreira Patrícia Batista de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.63319110323	
CAPÍTULO 24	195
CIÊNCIA, TECNOLOGIA E SOCIEDADE: UMA RELAÇÃO COM O ENSINO NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA CRÍTICA	
Regimar Alves Ferreira Luciene Lima de Assis Pires	
DOI 10.22533/at.ed.63319110324	
CAPÍTULO 25	204
A EDUCAÇÃO MATEMÁTICA E A CIÊNCIA PÓS-MODERNA DE BOAVENTURA DE SOUSA SANTOS	
Sandro Luiz Leseux Lucenildo Elias da Silva Marta Maria Pontin Darsie	
DOI 10.22533/at.ed.63319110325	
CAPÍTULO 26	217
CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO INFANTIL (CREI): UM ESPAÇO PARA CRIANÇAS SURDAS NA CIDADE DE JOÃO PESSOA/PB	
Ana Dorziat Edleide Silva do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.63319110326	

CAPÍTULO 27	234
PERFIL DOS ALUNOS DE EJA EM ITAÚBA – MT	
Nilson Caires Ferreira	
Camila José Galindo	
DOI 10.22533/at.ed.63319110327	
CAPÍTULO 28	245
EQUOTERAPIA COMO AUXILIO A ANDRAGOGIA	
Alvaro Bubola Possato	
Priscila Santos da Silva Navarenho	
Josiane Guimarães	
Patrícia Ortiz	
DOI 10.22533/at.ed.63319110328	
CAPÍTULO 29	253
AS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NA PERSPECTIVA DA INCLUSÃO	
Jaqueline Moraes Freitas	
Gabriela Ferreira Alves	
Fabio Pereira Santana	
DOI 10.22533/at.ed.63319110329	
CAPÍTULO 30	265
UMA REFLEXÃO SOBRE O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA, A REALIDADE ESCOLAR E A FORMAÇÃO CONTINUADA.	
Silvania Leopoldina Dos Santos Martins	
Rudinelia Silva Freitas de Oliveira	
Jamille Almeida dos Santos	
Ivonilda Rosa Pereira Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.63319110330	
CAPÍTULO 31	271
EDUCAÇÃO ESCOLAR EM UNIDADE DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA - A VISÃO DE PROFESSORES: UMA HIATO ENTRE O PROPOSTO E O VIVIDO.	
Daiane Trindade da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.63319110331	
CAPÍTULO 32	275
A SUBVERSÃO DA EDUCAÇÃO: NARRATIVAS DO PROCESSO FORMATIVO DO DETENTO NO CONTEXTO PENITENCIÁRIO E SEU IMPACTO NA RESSOCIALIZAÇÃO	
Thayla F. Souza e Silva	
Filomena Maria de Arruda Monteiro	
DOI 10.22533/at.ed.63319110332	
CAPÍTULO 33	288
O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DOS INDICADORES DA QUALIDADE NOS CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL DE SALVADOR: UMA EXPERIÊNCIA DE GESTÃO DEMOCRÁTICA	
Roberta Pereira Souza do Carmo	
Antonio Amorim	
DOI 10.22533/at.ed.63319110333	
SOBRE O ORGANIZADOR	301

REFLEXÃO SOBRE A AVALIAÇÃO DO SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

Manoel de Jesus Bastos

Formado em Normal Superior pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI, Pós-graduado em Supervisão Escolar pela Faculdade de Teologia Hokemãh – FATEH e Mestrando em Educação pela Anne Sullivan University – E-mail: majeba2011@hotmail.com

RESUMO: O presente texto apresenta reflexões sobre a análise do andamento do processo educacional brasileiro, desenvolvido pelas políticas educacionais contemporâneas, resultados e perspectivas. O principal objetivo é mostrar a realidade explícita vivenciada pela sociedade, diante da educação que temos, seus desânimos, seus conclames e suas perspectivas para o futuro, além de identificar possíveis indícios de empecilhos que obstruem o andamento do processo educacional. Tendo em vista a notável discrepância existente entre a qualidade e a quantidade, a teoria e a prática educacional no cotidiano, o processo educacional requer uma reflexão, profundamente crítica, sobre o assunto, apontando saídas emergentes da patinação a que ora se vive, rumo a cidadania que se almeja. Apresenta-se aqui contradições das avaliações do sistema educacional brasileiro, que fomenta resultados numerológicos e censitários, para apresentar ao Banco Mundial, satisfazendo aos seus

credores e visando objetivos mercantilistas, ao invés de elaborar propostas que visem melhorar o relacionamento escola/família/comunidade e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação e a consolidação da cidadania, prevista na Constituição Federal. Observa-se que a avaliação do sistema educacional está deixando de ser um processo construído coletivamente, com visões qualitativas e com respaldos nas leis educacionais, para ser único e exclusivo instrumento maquiador da eficiência das instituições, satisfazendo, de certa forma, um sistema que precisa aparecer no topo censitariamente. Defende-se, portanto, que o Sistema Nacional da Educação – SNE, implemente políticas educacionais que promovam a consolidação de uma avaliação emancipatória e reflexiva, no sentido de proporcionar a melhoria da qualidade do processo educacional para a efetivação da cidadania.

PALAVRAS-CHAVE: avaliação, sistema educacional brasileiro, sociedade.

ABSTRACT: The present text presents reflections on the analysis of the progress of the Brazilian educational process, developed by contemporary educational policies, results and perspectives. The main objective is to show the explicit reality experienced by society in the face of the education we have, its discouragement,

its exclamations and its future prospects, as well as to identify possible indications of obstacles that impede the progress of the educational process. In view of the remarkable discrepancy between quality and quantity, educational theory and practice in everyday life, the educational process requires a profoundly critical reflection on the subject, pointing out emerging emergencies from the skating that we now live, towards citizenship that is sought. We present here contradictions of the evaluations of the Brazilian educational system, which fosters numerological and census results, to present to the World Bank, satisfying its creditors and aiming for mercantilist goals, instead of elaborating proposals that aim to improve the school / family / community relationship and , consequently, the improvement of the quality of education and the consolidation of citizenship, foreseen in the Federal Constitution. It is observed that the evaluation of the educational system is no longer a collectively constructed process, with qualitative visions and with support in the educational laws, to be the unique and exclusive tool for the efficiency of institutions, satisfying, to a certain extent, a system that needs appear on the top census. It is therefore advocated that the National Education System - SNE, implement educational policies that promote the consolidation of an emancipatory and reflexive evaluation, in order to provide the improvement of the quality of the educational process for the effectiveness of citizenship.

KEY WORDS: evaluation, Brazilian educational system, society.

1 | INTRODUÇÃO

O sistema educacional a que ora se vivencia, sinaliza a necessidade urgente de uma reforma que possa resgatar a sua credibilidade e a sua estabilização promovendo a melhoria da sua qualidade. Uma reforma que possa, de fato, avaliar as acentuadas discrepâncias existentes entre a qualidade e a quantidade, entre a teoria e a prática, entre o seu cumprimento e o que está deixando de ser cumprido, segundo as normativas de suas leis. Reformar as leis talvez não fosse o suficiente. É preciso reformar a prática do fazer a educação, nos dias hodiernos.

Desde a década de 90, a avaliação do sistema educacional brasileiro vem demonstrando ser uma política de Estado, ou seja, cria-se metas e diretrizes extraordinárias, porém as ações ficam à mercê de propostas que se quer saem do papel. O que há são estatísticas numerológicas que atingem os ápices dos gráficos mas que tem como almejo o levantamento de recursos de bancos para suprir as necessidades imensuráveis de um país capitalista.

O processo avaliativo do sistema educacional brasileiro é bastante amplo e diversifica-se de acordo com os níveis que, embora apresentem intenções e objetivos semelhantes, possuem metodologias totalmente desconexas. Ainda não é um processo que apresente a fomentação pela qualidade educacional e que exija as garantias previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, no Plano Nacional de Educação - PNE e na Constituição Federal.

Dentre os processos de avaliação, que ora atuam estão a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes, criado na década de 70 e que avalia os cursos *stricto sensu*, Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes. O Saeb, implantado nos anos 90 e modificado em 2005, encontra-se dividido em dois pilares: Avaliação Nacional da Educação Básica – Aneb e Avaliação Nacional de Rendimento Escolar – Anresc. Viana defende que

A avaliação não é um valor em si e não deve ficar restrita a um simples rito da burocracia educacional; necessita integrar-se ao processo de transformação do ensino-aprendizagem e contribuir, desse modo, ativamente, para o processo de transformação dos educandos. (VIANA, 2005, p. 16)

Contudo, a Prova Brasil originou-se com o objetivo de avaliar o desempenho dos alunos em apenas duas disciplinas: Matemática e Língua Portuguesa, como se as outras não precisassem ser diagnosticadas para posterior melhoramento. Aplicada pela primeira vez em 2008, essa prova avalia, censitariamente, as escolas públicas que possuem a partir de 20 alunos.

Implantado em 2007, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – Ideb, apareceu para classificar as redes de ensino na escala numérica, tendo como indicador a Prova Brasil. A sua implementação não almeja diagnosticar o andamento do processo educacional, tampouco refletir sobre o norteamento de suas diretrizes, mas para a amostragem de uma política de rankings na educação básica.

Desenvolveu-se este trabalho com o objetivo de mostrar a realidade explícita vivenciada pela sociedade, diante da educação que se têm e da que a sociedade precisa, seus acertos, seus equívocos e suas perspectivas para o futuro, além de identificar possíveis indícios de empecilhos que obstruem o andamento do processo educacional. Considerando as notáveis discrepâncias existentes entre a qualidade e a quantidade, a teoria e a prática educacional no cotidiano, o processo educacional requer, urgentemente, uma reflexão, profundamente crítica, sobre o assunto, apontando saídas emergentes da patinação a que ora se vive, rumo a cidadania que se almeja.

Utilizou-se como embasamento científico, algumas fontes oficiais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e a Constituição Federal, além de alguns autores envolvidos no tema: BANCO MUNDIAL (1986), DIAS SOBRINHO (2000), FREITAS (2011), LIBÂNEO (2009) e SOUSA & LOPES (2001). Ademais, as experiências vivenciadas no dia a dia do labor pedagógico sem, contudo, esquecer da interação social e das observações captadas cotidianamente.

2 | AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Dos instrumentos de avaliação da educação nacional, o Sinaes é o que apresenta um desempenho de maior envergadura, por analisar o processo em diversas dimensões, desde o desempenho dos alunos aos aspectos físicos da instituição de

ensino. No entanto, esse tipo de avaliação valoriza sempre os aspectos quantitativos.

De modo que esses indicadores, tanto da educação básica quanto da superior, invadiram o sistema educacional brasileiro, fragilizando-o e descredenciando-o qualitativamente. Pois, segundo (FREITAS 2007-2011), “a presença tão forte dos exames de larga escala, Prova Brasil e Enade, nesses indicadores, tem trazido sérias consequências para o processo.”

Nessas circunstâncias, é observável que a avaliação do sistema educacional está deixando de ser um processo construído coletivamente, com visões qualitativas e com respaldos nas leis educacionais, para ser único e exclusivo instrumento maquiador da eficiência das instituições, satisfazendo, de certa forma, um sistema que precisa aparecer no topo censitário. Dessa forma, o Estado sente-se desresponsabilizado e convicto de ter cumprido com as suas obrigações, ficando as instituições educacionais responsabilizadas pelas soluções dos supostos problemas em pendência. Avaliar o andamento de um processo requer, uma reflexão crítica e minuciosa para posteriores ações inovadoras. Exige fidelidade às diretrizes educacionais e compromisso com a formação da cidadania plena do indivíduo, prevista na Constituição Federal. (Grifo nosso)

Admite-se que a educação brasileira apresenta lacunas sinalizadoras de suas ineficiências geradas ao longo dos anos. Há uma discrepância bastante acentuada entre o que se fala e o que se faz em prol da educação. Ou seja, criou-se alguns documentos oficiais e norteadores para a educação brasileira como a LDB, o PNE, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica – DCNEB, propôs-se a criação e implementação dos Projetos Políticos Pedagógicos – PPP e dos Regimentos Escolares – RE nas instituições de ensino, além do embasamento na Constituição Federal que garantem, em seus artigos, uma educação que tenha como função a transformação da sociedade, onde os indivíduos que a compõe tornem-se verdadeiros cidadãos. No entanto, as suas normativas não estão sendo consideradas, tampouco cumpridas. Falta, portanto, fidelidade e compromisso pela sua obrigatoriedade, tanto do Estado quanto das instituições e da própria sociedade.

Enquanto a LDB prevê no seu artigo 32, inciso I, o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo, no final do Ensino Fundamental, assiste-se a uma educação do faz de conta, onde o indivíduo diz que aprendeu e a escola assume que ensinou. Na verdade, é desastroso o número de concluintes do Ensino Fundamental que não sabem ler, nem escrever, tampouco calcular o básico que a vida requer.

A Constituição Brasileira (1988), instiga uma profunda reflexão de toda a sociedade quando menciona

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. (C. F. 1988, art. 205. p. 63)

O que se tem observado é que os modelos de avaliação do sistema educacional, nas últimas décadas, não tem proporcionado as mudanças necessárias que a educação precisa, nem logrado o êxito desejado pela sociedade. Esses modelos de avaliação estão mais relacionados aos interesses mercantilistas do que à consolidação da qualidade do ensino. De modo que a condução do sistema educacional brasileiro é gerenciado com base no clientelismo e no apadrinhamento de uma elite autoritária e ditadora de regras que, na verdade, não vem surtindo efeitos satisfatórios à sociedade.

A educação brasileira está necessitando de uma avaliação com base nos conclames dos profissionais que a realiza e de acordo às necessidades que sociedade diligencia, com a implementação de programas e projetos elaborados com a participação da sociedade, refletindo, sempre, sobre os resultados anteriores e propondo novas ações possíveis. Ao contrário do que acontece, no que diz respeito a elaboração de projetos, realizados por secretários ou técnicos da Secretaria, sem consulta à sociedade, mas de acordo com as exigências do governo.

3 | A EDUCAÇÃO NO SISTEMA CAPITALISTA GLOBALIZADO

A Constituição Brasileira garante no seu artigo 205, que a educação é direito de todos e dever do Estado e da família ... No entanto, o que se tem percebido é que a educação apesar de ser um direito social, ainda privilegia a poucos. A maioria, deixa de usufruir de sua qualidade e ainda é taxada de culpada pelo fracasso e pelo insucesso escolar em expansão.

É sabido que há muito tempo, o Brasil vem solicitando recursos do Banco Mundial para investimentos nas áreas da saúde, cultura e educação. Contudo, o governo é pressionado a poupar esses recursos para amenizar a dívida externa. Portanto, não são os profissionais dessas áreas, tampouco a sociedade que decidem a aplicabilidades desses recursos, mas aqueles que desconhecem as suas reais necessidades.

Em resumo, não é preciso ser especialista para compreender como funciona o sistema educacional brasileiro, basta lembrar que dos projetos que são elaborados, muitos deixam de ser executados por falta de recursos. Ou seja, planeja-se bem, mas cumpre-se mal. O sistema educacional brasileiro demonstra uma habilidade impressionante na criação de planejamentos, na elaboração de projetos e na apresentação de metas extraordinárias, mas que, finalmente, não passam de verdadeiras utopias educacionais.

Admite-se que algumas leis pertinentes à área educacional, foram bem elaboradas, a exemplo da LDB e do PNE que apresentam uma série de artigos excepcionais, algumas metas extraordinárias e um elevado número de estratégias louváveis; o que falta é o compromisso para o seu cumprimento. O que se cria hoje, amanhã sofre mudanças em consequência de alguns Projetos de Medida Provisória – PECs.

Atualmente, a sociedade brasileira vem sendo obrigada a aceitar decisões

autoritárias e a engolir práticas que não demonstram nada que possa satisfazer os seus anseios. São práticas de uma elite política/empresarial de cunho, exclusivamente, capitalístico. É observável a grande discrepância existente entre os projetos políticos, da educação básica, exigidos pelo Banco Mundial, elaborados por conselhos executivos e técnicos, e os projetos das escolas públicas, construídos pelos seus próprios sujeitos. O primeiro tem o objetivo de financiar projetos de infraestrutura de países pobres e que devem obedecer à Lei de custo e benefício, ou seja, cortar gastos para aumentar a eficiência no investimento e o segundo elabora propostas com o objetivo de melhorar o relacionamento escola/família/comunidade e, conseqüentemente, a qualidade da educação.

Portanto, há evidências de que o sistema educacional brasileiro está sendo orientado e regulado com base nos interesses de uma minoria. Nesse caso, o país precisa seguir à risca das exigências do Banco Mundial, ou seja, os seus modelos, construídos de cima para baixo. Assim, enquanto os banqueiros continuam enriquecendo com os altos lucros, subtraídos das entranhas dos países em desenvolvimento, as escolas continuam sucateadas, os professores permanecem desvalorizados, os alunos prosseguem desmotivados e as famílias acomodadas, sem nenhum incentivo para o cumprimento dos seus deveres educacionais.

Eis as grandes perguntas: Onde chegaremos, se não somos os donos das próprias rédeas? O que queremos, se não dispomos de escolha própria e conveniente as nossas necessidades? Como construir a verdadeira cidadania, se os interesses do sistema são outros? Dessa forma, conclui-se que é, realmente, difícil, chegar-se onde quer, quando a direção está no comando de outro!

Ora, a interferência do Banco Mundial no sistema educacional brasileiro, vem acontecendo desde a década de 60, com os acordos entre o Ministério da Educação e Cultura – MEC e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional – USAID. Como o governo depende de recursos externos para arcar com seus compromissos nacionais, submete-se a acordos externos com o intuito de assumir parte dos seus compromissos com a população, estabelecidos durante a campanha eleitoral.

É sabido que as instituições brasileiras, sobretudo as educacionais são desnorteadas pelas ingerências internacionais que além de pressionar o cumprimento dos seus projetos, manipulam indicadores, principalmente, econômicos, na insistência de poupar recursos nas áreas da educação, da saúde, da produção tecnológica e científica, da cultura, dentre outras. O objetivo de tudo isso é fazer com que sobre recursos para credores e banqueiros.

4 | A MAQUIAGEM NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

A educação brasileira vem, ao longo dos anos, sofrendo um revés assustador. A escola como instituição democrática que deveria estar a serviço da construção da

cidadania e da transformação social, curva-se diante da ideologia do Estado, que tem como função, a neutralização do senso crítico dos indivíduos e dar ênfase aos interesses particulares de um grupo elitizado.

A sociedade está farta em saber que há uma discrepância muito grande entre os resultados censitários, apresentados pelo governo e a realidade vivenciada pela sociedade, entre o que está posto para os estudantes e o que eles realmente precisam. A LDB, menciona no seu artigo 35

O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades: II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores. (LDB, art. 35, inciso II, p. 24)

Contudo, a educação brasileira não parece está sendo conduzida de acordo com essas normas. Os gráficos demonstram a excelência dos resultados obtidos no final de cada ano letivo, mas no bojo do ensino-aprendizagem ficam lacunas irreparáveis. Muitos alunos estão concluindo o ensino médio com pendência progressiva aos pré-requisitos exigidos pelas diretrizes educacionais. Não sabem ler, nem escrever e nem efetuar os cálculos básicos e quando o sabem é com grande déficit.

Observa-se, com certa frequência, contradições acentuadas entre as teorias e as práticas executadas pelo próprio sistema educacional. A exemplo do artigo 62, da LDB que previa a atuação na educação básica, pelo professor tivesse diploma em nível superior admitido como formação mínima para o exercício do magistério. Agora, com a reforma do ensino médio, através da Medida Provisória 748/2016, criada sem nenhuma consulta à sociedade e que gerou vários protestos, torna-se permitido que profissionais sem diploma de licenciatura ministrem aulas no ensino médio, para os alunos que optaram pela área de Formação Técnica e Profissional.

Considera-se, absolutamente absurda a exclusão de disciplinas tão importantes do currículo escolar, sobretudo a Filosofia, principal motivadora do senso crítico do indivíduo para o exercício pleno da cidadania. São disciplinas antigas, importantes e imprescindíveis ao currículo educacional, uma vez que motivam o desenvolvimento social, moral e intelectual do indivíduo.

Está, escancaradamente, explícito que a educação brasileira passa por uma maquiagem de robusta espessura, sem o mínimo de preocupação com a sua qualidade, tampouco com a formação da cidadania do seu povo. A expansão de acesso ao Ensino Médio vem acontecendo, muitas vezes, desprovido de ações que possam garantir a sua qualidade. Para Souza e Coelho,

A média do novo conjunto de estudantes é menor do que a existente antes da incorporação maciça de novos alunos. Esse efeito precisa ser compensado com melhorias nos demais fatores que influenciam o desempenho dos alunos vinculados ao funcionamento da escola, como a qualificação de professores, a qualidade do material didático ou os métodos de ensino. (SOUZA, 2006, p. 3 e COELHO, 2008, p.243).

Deixa-se de comungar com esse modelo de mercantilização padronizado, que compõe o cenário do sistema educacional brasileiro, conduzido pelas políticas internacionais que vem, ao longo dos anos, proporcionando lacunas deficitárias no campo da educação brasileira. Defende-se que o Sistema Nacional da Educação – SNE, implemente políticas educacionais que promovam a consolidação de uma avaliação emancipatória e reflexiva, no sentido de proporcionar a melhoria da qualidade do processo educacional para a efetivação da cidadania.

Todavia, a sociedade conclama pelo resgate da qualidade educacional, pelo compromisso e cumprimento de ações que possam favorecer a construção de uma sociedade justa, ativa e igualitária. A construção da cidadania é dever da escola que deve contribuir para o fortalecimento do senso crítico do indivíduo e sua preparação para os desafios que a vida lhe oferece.

5 | REALIDADES E PERSPECTIVAS NA EDUCAÇÃO

O processo educacional brasileiro tem sofrido inúmeras mudanças, nos últimos anos, porém as necessidades qualitativas ainda são gritantes. Isso porque os caminhos trilhados pelas políticas públicas educacionais não deram acesso às expectativas do público alvo, a sociedade. Esta, por sua vez, não perdeu as esperanças nem o fôlego de luta por novas reformas. Reformas que proporcionem mudança nos currículos pedagógicos, na formação dos professores, na gestão educacional, com avaliações que levem em consideração a ação-reflexão-ação e, conseqüentemente, uma nova qualidade educativa.

Diante da realidade como a educação brasileira se apresenta atualmente, surgem certos desânimos e alguns indícios de ceticismo a respeito de sua melhoria. Há quem diga que as possibilidades de norteamento estão distantes, tendo em vista que as políticas públicas, que a tange, são demandadas pela globalização do sistema capitalista e apresenta objetivos divergentes aos da sociedade. Nesse mesmo sentido, Libâneo pontua

As atuais políticas educacionais e organizativas devem ser compreendidas no quadro mais amplo das transformações econômicas, políticas, culturais, e geográficas que caracterizam o mundo contemporâneo. Com efeito, as reformas educativas executadas em vários países do mundo europeu e americano, nos últimos 20 anos, coincidem com a recomposição do sistema capitalista mundial, o qual incentiva um processo de reestruturação global da economia regido pela doutrina neoliberal. (LIBÂNEO, 2009, p. 33-34)

Por esse motivo, torna-se necessário que se desenvolva reflexões no sentido de fomentar debates a respeito das atuais políticas educacionais, avaliando os seus acertos, os seus equívocos e exigindo o cumprimento de diretrizes que proporcionem o resgate da qualidade educacional. Acredita-se que a partir daí, surgirão novas perspectivas, com a implementação da melhoria dos resultados escolares.

Para que a retomada do crescimento qualitativo educacional se efetive, é preciso

que o setor educacional receba incentivo contínuo do governo, como: acompanhamento da evolução das metas previstas nas leis educacionais, realização de programas de aperfeiçoamento para todos os profissionais da educação, fiscalização dos investimentos financeiros, obrigatoriedade de coordenadores e supervisores nas escolas, exigência da implementação e execução de Projetos Políticos-Pedagógicos e do Regimento Escolar, minicursos de incentivo, conscientização e desmascaramento aos pais de alunos.

6 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto desse trabalho, conclui-se que torna-se necessária a tomada de decisão de uma reflexão, profundamente crítica, que exija uma educação formadora de cidadãos inteligentes, críticos e capazes de adaptar-se às mudanças positivas sine qua non. Um país que não investe bem na educação não degustará de mudanças ascendentes na sociedade, pois a educação qualitativa é imprescindível ao sucesso econômico e social. É preciso, portanto, que se questione mais os sistemas de ensino e se exija ousadias enérgicas para modificá-los de acordo com as expectativas da sociedade.

A tomada de decisão a respeito de políticas públicas, direcionadas à melhoria da educação, deve partir da própria sociedade que vivencia as suas necessidades, cotidianamente. Isso é, imprescindivelmente, necessário para a criação de medidas que venham sanar ou pelo menos atenuar as deficiências supostamente identificadas. As avaliações externas que apresentam-se como diagnosticadoras do processo do Ensino Fundamental e Médio, em provas padronizadas, que englobam as áreas de português, com ênfase em leitura e matemática, com concentração em resolução de problemas, devem ser incorporadas nas avaliações internas, com a utilização dos seus métodos em outras áreas.

Avaliar a educação brasileira é algo complexo, tendo em vista, a necessidade de avaliar, ao mesmo tempo, um sistema capitalista robusto e de muitas décadas, com normas padronizadas e, muitas vezes, inflexíveis. No entanto, é sabido que o processo avaliativo deve ser construído coletivamente, com concepções que tem como meta a ruptura das inércias e o desejo de transformação social, através da busca da qualidade educacional.

Refletindo bem, a respeito do sistema educacional brasileiro, chega-se à conclusão que ainda existem muitas burocracias a serem solucionadas, pelo fato, de sua mercantilização globalizada. Nosso país sente-se na obrigação de obedecer normas impostas pelo Banco Mundial, com acordo firmado desde 1946, na Conferência de Bretton Woods.

Diante dessa situação ainda acredita-se que os profissionais da educação brasileira, não perderam as esperanças. Estão ávidos, cumprindo com as suas obrigações que o destino lhes reservou e certos de que as diferenças positivas que se

observa na sociedade são, inegavelmente, frutos de suas ações.

REFERÊNCIAS

BANCO MUNDIAL. El financiamiento de la educación em los países em desarrollo: opciones de política. Washington, DC, 1986.

BRASIL, Constituição Federal de 05 de outubro de 1988.

BRASIL, LDB, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabeleceu as diretrizes e bases da educação nacional.

DIAS SOBRINHO, J. Avaliação institucional: a experiência da Unicamp: condições, princípios, processo. **Pró-Posições**, Campinas, v. 06, nº 1, 1995.2000.

FREITAS, Luís Carlos de. Responsabilização, meritocracia e privatização: conseguiremos escapar ao neotecnicismo? In: III Seminário de Educação Brasileira e Simpósio PNE: Diretrizes para Avaliação e Regulação da Educação Nacional. **CEDES**, fev. 2011, São Paulo.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação Escolar; políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2009.

SOUSA, Sandra Zákia; LOPES, Veralúcia Virgínia. Avaliação nas políticas educacionais atuais reitera desigualdades. Revista Adusp, São Paulo, nº 46, p. 53-59, jan/2001.

SOBRE O ORGANIZADOR

MARCOS WILLIAM KASPCHAK MACHADO Professor na Unopar de Ponta Grossa (Paraná). Graduado em Administração- Habilitação Comércio Exterior pela Universidade Estadual de Ponta Grossa. Especializado em Gestão industrial na linha de pesquisa em Produção e Manutenção. Doutorando e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Tecnológica Federal do Paraná, com linha de pesquisa em Redes de Empresas e Engenharia Organizacional. Possui experiência na área de Administração de Projetos e análise de custos em empresas da região de Ponta Grossa (Paraná). Fundador e consultor da MWM Soluções 3D, especializado na elaboração de estudos de viabilidade de projetos e inovação.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-163-3

